
RESENHA

LAUDOS PSICOLÓGICOS: COMO FAZER?

Pessoa, R. C. (2016). *Elaboração de laudos: Um guia descomplicado*. São Paulo: Vetor Editora. 82 p.

Resenhado por Marlene Alves da Silva
Clínica Fênix e da Orient Consultoria – Vitória da Conquista – Bahia - Brasil

O laudo psicológico é o resultado da concretização de um processo de avaliação psicológica que pode ser realizado em várias áreas de atuação da Psicologia. A forma de elaboração desse material tem sido alvo de críticas e reclamações junto aos conselhos da classe e observado em cursos de pós-graduação quando o tema é suscitado, percebendo-se a dificuldade dos profissionais em realizar uma escrita clara, concisa e objetiva, respeitando todos os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia. Foi com o intuito de facilitar a construção desse documento técnico-científico e necessário a todos os profissionais atuantes que Rockson Costa Pessoa elaborou uma obra intitulada *Elaboração de Laudos Psicológicos: Um guia descomplicado*.

No intuito de abordar temas relevantes e necessários para a elaboração de um laudo/relatório psicológico, desde apontar a importância do respaldo técnico e científico na execução de um laudo até as questões éticas envolvidas nesse processo, o autor divide o livro em onze capítulos.

O primeiro capítulo, *Laudos e interseções*, aponta a importância na elaboração de um laudo psicológico e o quanto um documento bem redigido mostra a competência profissional. Ademais apresenta o respaldo técnico oferecido pelo Conselho Federal de Psicologia por meio da Resolução 07/2003 e da utilização de métodos e instrumentos psicológicos, testes psicológicos, para a elaboração de um documento consistente e coerente ao demandante do processo avaliativo. Conclui o capítulo discorrendo sobre a possibilidade do diagnóstico como um estudo qualificado, que tem por objetivo reconhecer determinadas hipóteses dos fenômenos com base em um conjunto de procedimentos teóricos, metodológicos e técnicos. Somente após um diagnóstico será possível inferir estratégias interventivas e encaminhamentos.

Aspectos importantes relacionados ao laudo é o tema do segundo capítulo. Por mais que o Conselho Federal de Psicologia tenha editado em 2003 um *Manual de Elaboração de Documentos Escritos*, observa-se o quanto é deficitário e ineficiente o ensino da elaboração de documentos psicológicos e o quanto os profissionais demonstram a inabilidade em sua elaboração, o que tem gerado processos éticos em muitos Conselhos Regionais de Psicologia. O autor finaliza o capítulo esclarecendo o que é um parecer e um laudo psicológico.

O terceiro capítulo aponta *A Estrutura do Laudo Psicológico*. O laudo psicológico é visto como uma peça resultante de um processo investigativo, que expõe situações ou condições psicológicas e suas conseqüências históricas, sociais, políticas e culturais. Para tanto, precisa ser embasado em referencial científico e técnico (instrumentos, técnicas e métodos psicológicos). A seguir, o autor questiona a apresentação, estruturação e a expressão objetiva do conteúdo de um laudo, de forma gráfica apresenta a estrutura do laudo e oferece modelos de laudos inadequados.

Três distintos solicitantes: o início do laudo é o tema do quarto capítulo. Com três casos clínicos o autor relata a queixa do solicitante da avaliação psicológica. A primeira queixa é de uma pessoa de 40 anos e relata comprometimento relacionado à memória. O segundo caso se refere a um universitário de 22 anos e que se percebe como impulsivo resultando em intolerância e agressividade. Já o terceiro, um idoso de 74 anos para quem foi solicitada uma avaliação neuropsicológica por um geriatra com a hipótese de quadro demencial.

A Identificação é o tema do quinto capítulo. A identificação é o primeiro item do laudo psicológico cuja finalidade é informar o autor/relator, o interessado e a razão do documento. Assim, o autor, a partir dos três casos clínicos, apresenta as diversas maneiras de redigir esse item, sempre atentando para as determinações do Conselho Federal de Psicologia. O autor destaca o responsável legal, quando se tratar de pessoas de até 18 anos, e de adultos, que tenham representante legal.

O sexto capítulo versa sobre *Descrição da demanda*, o segundo item de um laudo, que exige habilidade profissional, visto que são descritas as informações da queixa do solicitante e o motivo da realização do processo de avaliação psicológica para a elaboração do laudo psicológico. Nesse item devem constar a queixa, o rapport, a entrevista ou anamnese, a escolha dos instrumentos utilizados e as observações comportamentais. O autor destaca cada item e oferece um modelo de escrita.

Procedimento, tema do sétimo capítulo, é o componente do laudo que aponta os recursos e instrumentos técnicos utilizados para obtenção da coleta de dados e deve ser embasado à luz de um referencial teórico. Deve-se ressaltar que a escolha desse instrumental necessita do domínio técnico do profissional e que precisa contemplar a solicitação inicial do demandante. A seguir, o autor descreve o procedimento dos casos clínicos apresentados em capítulo anterior.

O oitavo capítulo, *Análise*, cujo item é destinado a fazer uma apresentação descritiva de forma metódica, objetiva e fiel aos dados obtidos e das circunstâncias vividas. Nesse item são considerados os dados resultantes dos instrumentos psicológicos utilizados, fazendo relação com os aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos do demandante. Ou, como determina o CFP, deve-se relacionar os resultados obtidos com os informes, que compõem a descrição da demanda.

Conclusão dos Casos, tema do nono capítulo. Na conclusão do Laudo Psicológico se expõe o resultado a respeito da investigação com base nos referenciais utilizados no processo avaliativo. Ainda

nesse item, colocam-se as propostas e planos de trabalhos sugeridos como resultado do processo da avaliação psicológica. Encerra-se o laudo psicológico com a data, assinatura do profissional responsável e o seu respectivo registro profissional.

O décimo capítulo é destinado a *Modelo de laudo*. O autor apresenta como modelo os três casos descritos em capítulos anteriores. Os laudos são escritos de forma clara, concisa e objetiva, oferecendo ao leitor exemplos de elaboração. Destaca a importância de fazer constar no laudo psicológico o referencial teórico utilizado para a elaboração do mesmo.

Para fechar a obra, *Aspectos éticos, devolutiva e guarda de laudo* é o tema do décimo primeiro capítulo. A ética está atrelada ao fazer psicológico, portanto, é importante que o profissional de Psicologia compreenda que a sua formação deve ser contínua e que, segundo o CFP, é responsabilidade do psicólogo prestar serviços de qualidade e com ética, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desse ofício. Além disso, discorre sobre a entrevista devolutiva e a guarda do laudo psicológico.

Encerra a obra com as *Considerações* em que reporta que a formação em Psicologia deva garantir o domínio de teorias, técnicas e práticas psicológicas. Ainda, que a escrita de um laudo psicológico deve ser um atributo indispensável para o exercício profissional e, que a ética seja o elemento primordial na formação do psicólogo e, conseqüentemente, no fazer psicológico, na elaboração de laudos psicológicos.

Essa obra é fruto da dissertação de mestrado do autor pela Universidade Federal do Amazonas, onde reúne importantes temas que envolvem o processo de avaliação psicológica que resulta na elaboração de um laudo. O autor descreve item a item o caminho da construção de um laudo psicológico e oferece três exemplos de redação. Em síntese, o livro tem uma linguagem clara e de fácil compreensão, de suma importância para os profissionais iniciantes e para os que atuam na área da avaliação psicológica. A leitura é recomendada aos graduandos de Psicologia e aos psicólogos, pois o texto é um guia para a organização de um laudo psicológico.

REFERÊNCIA

Conselho Federal de Psicologia (2003). *RESOLUÇÃO CFP N.º 007/2003*. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP 17/2002. Acesso em 10/12/16. Disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf

Recebido em 27/12/16

Aceito em 28/12/16